



05 DE FEVEREIRO 2009

Quinta-feira

- VENDAS DAS MONTADORAS CAEM 5% EM JANEIRO
- PESQUISA APONTA QUE 50% SÃO A FAVOR DE REDUZIR JORNADA E SALÁRIO
- RENAULT RECUA NO MUNDO, MAS CRESCE NO PAÍS
- VENDAS DE CARROS SOBEM, MAS CAMINHÕES E ÔNIBUS DESPENCAM
- REQUIÃO QUER CORTAR INCENTIVOS FISCAIS DAS EMPRESAS
- NOVA PROPOSTA DE FATOR PREVIDENCIÁRIO SAI ESTE MÊS
- NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS
- PGR É FAVORÁVEL À COBRANÇA OBRIGATÓRIA DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
- NA PAUTA DA CNI, A REFORMA TRABALHISTA

Câmbio		
Em 05/01/2009 às 15:00h		
	Compra	Venda
Dólar	2,304	2,306
Euro	2,961	2,963

VENDAS DAS MONTADORAS CAEM 5% EM JANEIRO

04/02/2009 – Gazeta do Povo

As vendas de veículos novos no mercado nacional totalizaram 327,5 mil unidades em janeiro de 2009, o que representa uma redução de 5,2%, em relação a dezembro de 2008 e queda de 11% em relação ao mesmo mês do ano passado. Os dados,

divulgados ontem pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), incluem automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motos e implementos rodoviários.

As vendas do segmento de automóveis e comerciais leves, somaram 189,7 mil unidades no primeiro mês do ano, com crescimento de 3,1% ante dezembro de 2008. Na comparação com igual mês do ano passado, as vendas do setor caíram 7,6%.

As vendas de caminhões no mercado nacional caíram 24,5% em janeiro na comparação com dezembro, totalizando 6.389 unidades. Em relação ao mesmo mês de 2008, as vendas do segmento registraram retração de 20,5%.

Fornecimento

O presidente da Fenabrave, Sérgio Reze, disse que o resultado das vendas totais já era esperado, mas o que o preocupou mais foi o desempenho das vendas de caminhões, ônibus e motos. Segundo ele, as vendas de caminhões refletem o real tamanho da crise, já que mostram uma desaceleração da economia. "Muitas empresas estão adiando a compra porque não sabem exatamente qual vai ser a demanda neste ano", afirma.

PESQUISA APONTA QUE 50% SÃO A FAVOR DE REDUZIR JORNADA E SALÁRIO

03/02/2009 – O Estádio do Paraná

A pesquisa CNT/Sensus divulgada nesta terça-feira (3) mostrou que 50% dos entrevistados é a favor da redução da jornada de trabalho com consequente diminuição do salário como forma de se enfrentar a crise financeira internacional. Disseram ser contra essa medida 38,9% dos entrevistados. "Esse levantamento mostra que a população está disposta a algum sacrifício para preservar o emprego", afirmou o diretor da Sensus Ricardo Guedes.

De acordo com a pesquisa, 74,2% dos entrevistados disseram ser favoráveis à abertura de linhas de crédito pelo governo para as empresas poderem enfrentar a crise, enquanto 14,4% afirmaram ser contra essa proposta.

O índice de expectativa da população para os próximos seis meses subiu de 66,16 em dezembro para 68,95 em janeiro, de acordo com a pesquisa CNT/Sensus. O índice de expectativas é uma ponderação das perspectivas da população em relação a emprego, renda, saúde, educação e segurança pública nos próximos seis meses.

Já o índice de avaliação que pondera a avaliação da população sobre esses indicadores nos últimos seis meses caiu de 49,29 em dezembro para 47,31 em janeiro. O diretor da Sensus destacou a variação negativa no índice de avaliação do emprego. Para 38,5% dos entrevistados, a situação do emprego piorou nos últimos seis meses, mas melhorou para 32,7%. Em dezembro, 39,3% dos entrevistados avaliaram que o emprego tinha melhorado nos seis meses anteriores e 28,1% disseram que havia piorado.

Em relação às expectativas futuras para o emprego, a pesquisa mostra otimismo. Para 51,1% dos entrevistados, o emprego deve melhorar nos próximos seis meses, enquanto para 20,3%, vai piorar. Em dezembro, 47,3% avaliavam que o emprego iria melhorar e 24,4%, que pioraria.

De acordo com a pesquisa, 56,5% dos entrevistados conhecem ou ficaram sabendo de alguém que perdeu emprego por causa da crise, enquanto 39,9% não conhecem ou não ouviram de falar de alguém que perdeu o emprego. "A população percebe que há um aumento no desemprego, mas acredita no presidente Lula e espera que a situação vá melhorar", disse o presidente da CNT, Clésio Andrade. Ainda de acordo com a pesquisa, 42,7% dos entrevistados dizem ter receio de perder o emprego, enquanto 43,8% dizem não temer perder o emprego.

RENAULT RECUA NO MUNDO, MAS CRESCE NO PAÍS

05/02/2009 – O Estado do Paraná

Curitiba e São Paulo, 5 de Fevereiro de 2009 - A aliança Renault-Nissan teve queda de 1,1% nas vendas globais em 2008, totalizando 6.090.304 veículos. No Brasil, entretanto, a montadora obteve desempenho recorde de 115 mil unidades - crescimento de 56,4%. Quinto mercado mundial, o Brasil deve ajudar a deixar menos vermelhos os balanços globais dos fabricantes.

C3(Gazeta Mercantil/1ª Página - Pág. 1)(Norberto Staviski e Wagner Oliveira)

VENDAS DE CARROS SOBEM, MAS CAMINHÕES E ÔNIBUS DESPENCAM

05/02/2009 – Gazeta do Povo

As vendas de carros foram estimuladas em janeiro pela redução recente de imposto no setor, mas os demais segmentos de veículos continuaram abatidos pela crise financeira global, e não há, por enquanto, previsão sobre quando esse movimento pode ser revertido.

O presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), Sérgio Reze, afirmou que as vendas de fevereiro devem ser menores que as de janeiro, mas devido principalmente ao menor número de dias úteis do mês.

Reze afirmou, porém, que prefere esperar o fim do primeiro trimestre para fazer previsão de vendas da indústria no ano, que podem apontar queda.

Por enquanto, a previsão divulgada pela Fenabreve é de expansão de 3,13 por cento das vendas do setor neste ano. Esse número já havia sido revisado no mês passado, ante o prognóstico anterior, feito em dezembro, de queda de 19 por cento. Agora, Reze volta a considerar um número negativo.

"Há um risco de queda das vendas no ano, mas não quero me adiantar... A economia ainda está em um processo de expectativa. Vamos ver o que acontece nos próximos dois meses", afirmou ele.

Segundo Reze, o setor quer do governo medidas para estimular o crédito e a tomada dele, e não mais medidas para liberar capital de giro para montadoras ou concessionárias.

Para facilitar o acesso ao crédito para compra de automóveis, Reze sugeriu que ele fosse condicionado a garantias como seguro-desemprego, para atenuar os temores dos bancos em liberar dinheiro. No caso dos caminhões, ônibus e comerciais leves, as medidas seriam mais amplas, para conter os efeitos da crise na economia com um todo.

Janeiro

A Fenabrave informou nesta quarta-feira os dados de vendas de janeiro, que ficaram aquém das expectativas da entidade, segundo Reze.

"O mês de janeiro não ocorreu exatamente do jeito que a gente esperava. Nem todos os veículos se recuperaram", disse ele.

As vendas de automóveis cresceram 5,1 por cento em janeiro sobre o mês anterior, para 158.255 unidades, refletindo a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) determinado pelo governo em meados de dezembro. Sobre janeiro de 2008, as vendas tiveram queda de 6,7 por cento.

Já os emplacamentos de comerciais leves declinaram 5,6 por cento mês a mês e 11,8 por cento na comparação anual.

As vendas de caminhões e ônibus despencaram 26,7 por cento sobre dezembro e 18,8 por cento sobre janeiro passado. O segmento de motocicletas também apresentou redução, de 13,5 e 14,8 por cento, respectivamente.

"Os ônibus e os caminhões é que estão mostrando o tamanho da crise. Ninguém vai assumir um compromisso grande de compra de um veículo assim se não tiver o que transportar. E a produção da indústria (geral) está caindo. Os comerciais leves entram nisso também", disse Reze.

"As motos caíram porque nelas estão a categoria de consumidores de menor poder aquisitivo.

As concessionárias brasileiras empregam cerca de 270 mil trabalhadores, segundo a Fenabrave.

REQUIÃO QUER CORTAR INCENTIVOS FISCAIS DAS EMPRESAS

05/02/2009 – O Estado do Paraná

Julio Covello/SECS



Arzua: "Estamos fazendo isso".

Depois do discurso de segunda-feira na Assembleia Legislativa, o governador Roberto Requião (PMDB) voltou a tratar publicamente de crise econômica. Esse foi o tema principal da Escola de Governo de ontem, quando ele propôs emenda constitucional que vincule a concessão de incentivos fiscais a empresas à geração e manutenção de empregos.

"Quero vincular constitucionalmente benefícios fiscais à manutenção dos empregos que os empresários dizem que vieram gerar no Paraná", disse, informando que a Secretaria da Fazenda e a Receita Estadual trabalham no levantamento de todos os incentivos fiscais concedidos pelo Paraná ao longo dos anos. "Quem estiver demitindo vai correr o sério risco de perder o que ganhou", anunciou o governador.

A ideia do governador é polêmica pois ele não

pretende disciplinar apenas os futuros contratos, quer que a emenda valha para as empresas que já estão instaladas no Estado.

“Não é possível que uma multinacional, que se instala no Paraná e passa 25 anos sem pagar nenhum imposto, já na primeira crise resolva demitir a metade dos trabalhadores. Se eles dizem que vieram ao Paraná gerar emprego e por isso precisam de subsídios, se demitirem sem mais nem menos vão perder os benefícios que o Estado concedeu”, justificou.

“É claro que alguns incentivos fiscais concedidos nos últimos anos decorrem de contratos e leis, o que torna mais difícil revê-los. Mas a maior parte dos incentivos foi concedida por decreto, então podemos sim revisá-los e estamos fazendo isso”, acrescentou o secretário da Fazenda, Heron Arzua.

O discurso do governador já ecoou na Assembleia Legislativa. Ontem mesmo, o deputado Antonio Belinati (PP) apresentou projeto de lei que proíbe as empresas que recebem incentivos fiscais do governo do Estado do Paraná de demitirem trabalhadores sem justa causa.

Pelo projeto, os empregadores ainda ficam obrigados a garantir, pelo prazo mínimo de um ano, os mesmos postos de trabalho que existiam em suas respectivas empresas em 1.º de janeiro de 2009.

Segundo Belinati, pouco ou quase nada é possível fazer com quem não tenha recebido incentivos fiscais do governo estadual. “Mas quem se valeu dos cofres públicos para montar ou ampliar sua empresa, pode, e deve, sim, estar sob o controle de legislação estadual”, disse.

Ex-secretário estadual da Indústria no governo Lerner, responsável pela implantação de muitas das empresas que atuam no estado com incentivos fiscais, o deputado federal Eduardo Sciarra (DEM) vê com preocupação essa ameaça do governador. “Primeiro que ele não pode fazer isso sobre contratos já assinados, sob risco de nova demanda judicial por quebra de contratos. Segundo porque traz mais descrédito para o Estado perante os investidores”, disse o deputado.

“Essa medida pode agravar a situação, pode parar a produção, pode fazer com que as empresas, na hora de escolher uma de suas unidades no mundo para fechar as portas, escolha a do Paraná”, acrescentou, lembrando que as empresas investiram na mão-de-obra que estão tendo de demitir e que “não estão fazendo esses ajustes sem dor”.

NOVA PROPOSTA DE FATOR PREVIDENCIÁRIO SAI ESTE MÊS

05/02/2009 – O Estado do Paraná

Não foi conclusiva a reunião de quarta-feira (4) entre o ministro da Previdência, José Pimentel, e do secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, com os presidentes das centrais sindicais e o deputado Pepe Vargas (PT-RS), relator da proposta que extingue o fator previdenciário. Vargas informou que no final de fevereiro ele apresentará às centrais sindicais uma minuta de proposta alternativa ao fator previdenciário. A partir daí, disse ele, serão iniciadas as audiências públicas para discutir a proposta.

Pepe Vargas disse que pretende fazer uma alteração em relação ao projeto, que é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), para ampliar a média de contribuição, de 36

meses, considerada para o cálculo do benéfico. Ele considera essa base muito curta, mas adiantou que não aceitaria manter a atual fórmula, que leva em conta 80% dos maiores salários de contribuição. O deputado adiantou que aceitaria uma base de cálculo correspondente a 60% ou 70% dos maiores salários.

A ideia, ainda em estudo, segundo Pepe Vargas, é fazer com que o trabalhador possa se aposentar com 100% do valor da aposentadoria e, ainda assim, beneficiar a Previdência Social. "É preciso acabar com o modelo de hoje, que é injusto e draconiano", afirmou. Um dos objetivos da proposta é permitir que os trabalhadores tenham direito à aposentadoria com 35 anos de contribuição - 30 anos no caso das mulheres - e continuem a trabalhar e a contribuir por um período maior. Ele explicou que o modelo do fator previdenciário induz o trabalhador a se aposentar o quanto antes mesmo sabendo que vai receber um valor menor de aposentadoria. Segundo ele, mesmo o fator previdenciário não tem sido suficiente para induzir os trabalhadores a postergarem as aposentadorias, o que tem obrigado a Previdência Social a ter que custear benefícios que poderiam ficar para depois.

Segundo ele, uma das propostas que está sobre a mesa é a do chamado fator 95/85, pelo qual a soma do tempo de contribuição do trabalhador com a idade resulte em 95, no caso dos homens, e 85, no caso das mulheres.

Pepe Vargas sinalizou que pretende incorporar a proposta das centrais sindicais para que não haja mudança no parâmetro de expectativa de vida para o cálculo da aposentadoria. Segundo ele, como a expectativa de vida do brasileiro tem aumentado, isto significa que o trabalhador irá cada vez mais precisar de mais tempo de contribuição para ter direito a 100% da aposentadoria.

Outra questão em negociação, segundo ele, é a taxa de juros embutida na proposta, que prejudica quem contribui mais.

O ministro José Pimentel disse, ao final da reunião, que o governo compreende que a proposta de extinção do fator previdenciário teve início no Congresso Nacional e cabe ao Congresso conduzir a negociação para definir uma alternativa.

Já o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), insistiu na eliminação do fator previdenciário e criação de modelo que não só permita ao trabalhador chegar a 100% do valor da aposentadoria como passar dos 100%, desde que contribua mais anos.

Pepe Vargas disse que mesmo nessa situação de crise econômica, com preocupações sobre emprego e contribuição, a proposta que extingue o fator previdenciário deve ser votada este ano. Ele informou que obteve do novo presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), a garantia de que a proposta que acaba com o fator previdenciário será um dos temas prioritários da agenda do Legislativo.

NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

04/02/2009 – Notas Infoaudiacto - Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Decisão da desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso determinou a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários relativos à suposta incidência de contribuições previdenciárias sobre parcelas pagas, a título de participação nos lucros e resultados (PLR), por empresa aos empregados. Empresa mineira pagou a PLR de acordo com

cláusula do acordo coletivo de trabalho firmado com o Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Belo Horizonte e Contagem. Pediu então, na Justiça Federal de Minas Gerais, a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários, que foi negado. Segundo a empresa, "a participação nos lucros não integra a remuneração dos empregados e não pode ser incluída no salário-de-contribuição para o recolhimento da contribuição previdenciária". A relatora do processo esclareceu que a jurisprudência dominante entende que "o benefício em questão não comporta natureza salarial, pois não há contraprestação ao trabalho realizado, não devendo sobre ele incidir a contribuição previdenciária". A magistrada explicou ainda que ficou demonstrada a desvinculação da remuneração e a ausência de habitualidade, o que caracteriza os valores pagos pela empresa mineira como distribuição de lucros, nos termos da Lei 10.101/2000.

Agravo de Instrumento 2009.01.00.003064-4/MG

Samantha Salomão

Assessoria de Comunicação Social

PGR É FAVORÁVEL À COBRANÇA OBRIGATÓRIA DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

04/02/2009 – Notas Infoaudiacto - STF

Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria Geral da República se manifestou de forma contrária a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 126, que questiona a cobrança obrigatória da contribuição sindical.

Na opinião da PGR, "o pedido de medicação cautelar não ostenta plausibilidade jurídica a autorizar seu deferimento". Em outras palavras, a ação não atende aos requisitos para prosperar no STF.

A PGR ressalta que o tema não é novo na Suprema Corte e que já foi tratado em inúmeros processos em que o STF afirmou reiteradas vezes que a contribuição sindical prevista no artigo 589 da CLT não fere o princípio da liberdade sindical.

Diz ainda que a contribuição sindical é o valor devido às entidades sindicais por todos aqueles que participam de categorias profissionais, econômicas ou de profissões liberais. E também que "a não-obrigatoriedade incentivaria a inércia dos trabalhadores que optassem por não se afiliar, visto que muitos desfrutariam dos benefícios das negociações sindicais sem contribuir com o processo que lhes serve".

Portanto, ao entender que não estão preenchidos os requisitos para a concessão da cautelar, a Procuradoria opinou pelo indeferimento do pedido.

O ministro Celso de Mello é o relator da ação e irá analisar o parecer da PGR.

Entenda o caso

A ADPF foi ajuizada pelo Partido Popular Socialista (PPS) que pede ao STF que declare a ilegalidade da medida, prevista nos artigos 579, 582, 583 e 587 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Para o PPS, esses artigos afrontam os preceitos fundamentais da Constituição Federal.

Na ocasião, o partido ressaltou a necessidade de urgência na decisão ao pedir que o entendimento do STF seja dado numa decisão liminar, considerando que o valor envolvido na contribuição chega a R\$ 1,3 bilhões por ano e que esse dinheiro deixa de entrar na economia, pois sai do bolso dos assalariados e do caixa das empresas.

O PPS acredita que a contribuição compulsória, cobrada há 64 anos de todos os trabalhadores com carteira assinada – sindicalizados ou não, fere o princípio de livre

filiação, previsto no inciso V do artigo 8º da Carta Magna, pois a Constituição diz que ninguém é obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

NA PAUTA DA CNI, A REFORMA TRABALHISTA

05/02/2009 – Notas Documento Reservado

O presidente do Conselho Temático de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, disse, ontem, que, para as empresas industriais voltarem a gerar empregos, será preciso “discutir a reforma trabalhista, de tal forma que incentive as empresas e o setor econômico a contratar, sabendo que terão parceiros na sua empresa e não apenas pessoas que vão ter a garantia de emprego, independente da sua atuação como trabalhador”. Por isso, aproveitando-se da crise econômica que atingiu a indústria brasileira, a entidade está propondo que a reforma trabalhista volte a ser pauta do Congresso Nacional. Andrade ressaltou, porém, que o objetivo da proposta não é acabar com os direitos trabalhistas.